

Editorial

A 26ª Reunião Anual da ANPEd, realizada em Poços de Caldas, em outubro de 2003, teve como tema central *Novo governo, novas políticas?* Desde a reunião anual realizada no ano anterior, estava presente a preocupação tanto de analisar as políticas educacionais desenvolvidas nos oito anos do governo de Fernando Henrique Cardoso e seus resultados, como de buscar espaços de discussão das políticas de educação que estão sendo implementadas no governo atual, inclusive visando propostas alternativas.

O presente número da *Revista Brasileira de Educação* reflete esse esforço. É aberto com o texto da conferência proferida por Marilena Chaui, na sessão de abertura da 26ª Reunião Anual. Nele é feita uma crítica contundente aos objetivos e às funções da universidade pública, redefinida como “organização social” e submetida aos paradigmas de produtividade e eficácia, conforme o figurino ideológico neoliberal e diretrizes das agências internacionais, e propostos parâmetros para sua recuperação e revitalização como “instituição social”.

No conjunto dos artigos, três deles abordam políticas públicas implantadas nos últimos anos, através de uma variedade de programas, a saber: política de juventude, por Marília Pontes Sposito e Paulo César Rodrigues Carrano; política de infância, por Angela Maria Rabelo Ferreira Barreto; política de formação de professores a distância, por João dos Reis Silva Júnior. Complementarmente, no caso da política de juventude, Juarez Dayrell explora o conceito fundamental do jovem como sujeito social. E à política nacional para a infância é contraposta a política efetiva representada pelos serviços educativos para a infância na Itália, conforme exposição de Tullia Musatti.

Por sua vez, no Espaço Aberto encontram-se dois textos, de Ana Lúcia Valente e Maria Malta Campos. O primeiro apresenta a experiência do Programa Bolsa Escola, postulando-o como política afirmativa, e o segundo discute a relação da educação com as políticas de combate à pobreza.

Também não se afastam da discussão das políticas públicas tanto o exame do discurso da ciência e da divulgação em orientações curriculares de

Língua Portuguesa, feito por Marildes Marinho, lançados pelo Ministério de Educação em 1997 por meio dos parâmetros curriculares nacionais, quanto o exame do importante histórico do caminho percorrido pelo GT Trabalho e Educação, elaborado por Eunice Trein e Maria Ciavatta. Nem mesmo o artigo de Sonia Maria De Vargas, analisando as formas tradicionais dos processos de formação e aprendizagem no meio rural, com base na relação família-escola, e o testemunho da difícil reinserção de adultos das camadas populares, excluídos da escola, em um programa de educação de jovens e adultos, desenvolvido pela Universidade Federal de Minas Gerais, tal como apresentado por Geovânia Lúcia dos Santos, deixam de expressar políticas, mesmo que seja pela ausência de programas oficiais.

Finalmente, como de hábito, as resenhas e notas de leitura cumprem a função de informar nossos leitores sobre lançamentos editoriais recentes, destacados da enorme produção atual da área da educação.

Comissão Editorial